

PRÓDROMOS DA FORMAÇÃO DO MERCADO INTERNO BRASILEIRO

UM ESTUDO DE CASO DAS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL MERCANTIL, REDE DE CIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1830*

Mario Marcos Sampaio Rodarte¹
Marcelo Magalhães Godoy²

Introdução

Dentre os diálogos difíceis de nossa historiografia econômica destaca-se a interlocução quase sempre truncada, repleta de obscuridades e, por decorrência, semeadora de preconceitos que se estabelece entre historiadores econômicos, estatísticos e econométricos. Não só as responsabilidades são mútuas, mas também impossível declarar inocência diante de problema que se acredita inarredável. Mesmo sem ter a pretensão de dirimir conflito de tamanha proporção e, talvez importância, ressalta-se neste escrito, mais por demonstração do que por intenção de convencimento, ser possível tentar conciliar métodos estatísticos com a preocupação em evitar anacronismos históricos. Sobretudo busca se evitar os riscos da operação de definição dos pressupostos que informam os exercícios econométricos, assim como os excessos próprios de disciplina com elevado conteúdo esotérico.

Na primeira seção do texto discute-se, brevemente, o processo de modernização do Brasil e as transformações que engendraram mercado interno integrado, principalmente a importância do capital mercantil. Também nessa seção, verifica-se a condição privilegiada do caso de Minas Gerais, seja por suas características econômicas e sociais, seja pelos recursos disponíveis referentes ao tratamento da categoria espaço, para o estudo do período em que se prefigura a integração do mercado interno do Sudeste.

Síntese dos principais resultados de linha de pesquisa sobre o capital mercantil mineiro do século XIX constitui o objeto da segunda seção. São contemplados os atributos sócio-demográficos dos agentes comerciais, as estruturas ocupacionais e da posse de escravos das unidades com atividades mercantis e as determinantes dos padrões locacionais dos estabelecimentos comerciais e das empresas de transportes terrestres de Minas Gerais. Ressalta-se a força de determinações espaciais a configurarem contrastes regionais, níveis de desenvolvimento e graus de centralidade urbana.

A terceira seção destina-se à adoção de modelo estatístico com o objetivo de sobrepor os estabelecimentos comerciais de Minas Gerais da década de 1830 a variáveis político-administrativas, variáveis da economia regional e urbana e variáveis demográficas. Pretende-se avançar sobre algumas outras determinações dos referidos padrões locacionais, notadamente o tamanho dos mercados internos locais e regionais.

1. Mercado interno e capital mercantil no processo de modernização do Brasil: Minas Gerais como espaço econômico privilegiado para estudo regional

O entendimento da parcial emergência de mercado interno integrado no Sudeste, no transcurso do século XIX, é indispensável à compreensão das transformações que conduziram a formação econômico-social capitalista no Brasil [Paula, 2002]. Panorâmica avaliação da produção historiográfica sobre o

* O presente trabalho foi desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG no âmbito da pesquisa “Desenvolvimento urbano e formação do mercado interno em Minas Gerais: 1830-1930”, coordenada pelo Prof. João Antonio de Paula, contando com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Importantes sugestões de ajuste do modelo estatístico foram dadas pela Profª. Cibele Comini Cezar, a quem os autores mostram-se gratos. Naturalmente, os mesmos se responsabilizam por quaisquer incorreções que, porventura, tenham restado.

¹ Doutorando em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador do *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

² Doutor em História Econômica na Universidade de São Paulo, professor da FACE/UFMG e pesquisador do *Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

período revela ênfases e lacunas, como a predileção por temas como terra e trabalho e a preterição de temas como comércio e preços. Ênfases visto que muito se avançou no estudo do estabelecimento da propriedade territorial juridicamente plena, a partir da extinção do sistema sesmial e elaboração e lenta efetivação de novo regime de apropriação definido pela Lei de Terras³, assim como na investigação da transição do trabalho escravo para o livre, inclusive com a superação da excessiva importância conferida à transição nos espaços da cafeicultura e o crescente interesse pelas múltiplas configurações regionais da desintegração do escravismo⁴. Lacunas posto que pouco se pesquisou sobre a dinâmica mercantil interna, os circuitos que transcendiam o comércio de exportação de bens primários e orientava-se para o suprimento da larga e complexa demanda da rede urbana do Sudeste⁵, bem como sobre a estrutura e variação dos preços, índice da precária integração do mercado interno e da vigência de várias determinações na formação heterogênea de preços locais, regionais e provinciais⁶.

Se a formação do mercado interno para o capital no Brasil pressupunha a transformação da terra e do trabalho em mercadorias, da mesma forma dependia do desenvolvimento de sistema de transportes a permitir a quebra do isolamento dos mercados locais, regionais e provinciais, a manutenção de regular abastecimento dos centros urbanos e o sobrepujamento dos fatores que respondiam pela assimetria dos preços internos [Paula, 2002]. Admitida a concomitância e interdependência desses processos, impõe-se a reversão do referido quadro marcado pela desproporção no alcance e profundidade do conhecimento das transformações que definiram a modernização da economia e sociedade do Brasil no Oitocentos.

A revisão historiográfica empreendida nas décadas de 1980 e 1990, que alterou profundamente o entendimento da estrutura e dinâmica da economia de Minas Gerais no século XIX, descortinou novos horizontes para a compreensão do funcionamento do mercado interno do Sudeste brasileiro⁷. Conquanto estudos anteriores indicassem a vigência em Minas de atividades produtivas precipuamente orientadas para o abastecimento da rede urbana interna, de zonas especializadas na produção de bens primários para exportação e da cidade do Rio de Janeiro⁸, os desdobramentos do movimento revisionista alargaram sobremaneira os conhecimentos sobre vários aspectos que prefiguraram a expansão das articulações mercantis que resultariam, ainda no período imperial, no início da integração dos mercados do Sudeste brasileiro.

Expressão dos desenvolvimentos resultantes dos problemas postos pelas novas perspectivas de interpretação da economia mineira oitocentista, sobretudo a necessária elucidação dos mecanismos

³ São exemplares o ensaio de Roberto Smith (1990), estudo geral das formas de apropriação fundiária no período colonial e da transição no século XIX para a propriedade privada da terra, e as pesquisas de Maria do Amparo A. de Aguiar (2003), investigação da evolução da estrutura fundiária de Goiás com ênfase na segunda metade do Oitocentos e início do século XX.

⁴ Os trabalhos de Emília Viotti da Costa (1989) permanecem essenciais à compreensão da transição nos espaços econômicos da cafeicultura do Sudeste brasileiro. Josué M. dos Passos Subrinho (2000) é importante representante dos pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo da transição do trabalho fora do Centro-Sul, especialmente pela proposição de revisão de certas noções assentes na historiografia sobre o tema.

⁵ Contudo, necessário salientar a existência de algumas destacadas exceções. Como João Luís Fragoso (1992), que desenvolveu modelo interpretativo do sistema colonial que reconsidera a magnitude e importância do mercado interno, que ressalta os circuitos mercantis sustentados pela produção escravista de subsistência, que sustenta para o colonialismo tardio o crescente enraizamento de interesses portugueses no Brasil e que propõe a vigência de processos vigorosos de acumulação endógenos à Colônia. Ou como Clotilde A. Paiva (1996), que realizou acurada investigação da malha comercial de Minas Gerais na primeira metade do século XIX e sobrelevou o vigor das relações mercantis internas e externas a província.

⁶ Também neste campo temático são discerníveis casos que fogem a esta tendência geral. Ângelo A. Carrara (1997) e Afonso A. Graça Filho (1998) examinaram fatores que intervinham na formação dos preços e determinavam expressivas variações no tempo e espaço. Carrara para o século XVIII com base em dados oficiais de almotaçarias municipais e arrematações de fornecimento de mantimentos para militares de vários núcleos urbanos da capitania de Minas Gerais. Graça Filho para o século XIX sustentado em informações recolhidas em Livros de receita e despesa da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei, uns dos principais centros comerciais da província mineira.

⁷ Roberto Borges Martins (1982) é responsável pelo mais importante movimento da mencionada revisão historiográfica que não apenas refutou a “visão tradicional” de Minas Gerais no século XIX, como também elaborou interpretação inteiramente nova da natureza da economia de Minas Gerais do século XIX. Robert Slenes (1985) propôs outro modelo de interpretação, que assimilou parte significativa das proposições de Roberto Martins e reconsiderou aspectos supostamente inconsistentes. Clotilde A. Paiva (1996) construiu modelo capaz de conciliar as principais divergências das interpretações anteriores.

⁸ Não é difícil mapear estudos que, em certa medida, anteciparam e subsidiaram a revisão historiográfica das décadas de 1980/90, sobretudo pelo fornecimento de importantes sugestões, pelo recolhimento de significativas evidências empíricas e também pelo exame de espaços regionais de Minas Gerais. Dois exemplos separados por mais de trinta anos de distância: Caio Prado Júnior em “Formação do Brasil contemporâneo” de 1945 e Alcir Lenharo em “As tropas da moderação” de 1979.

fundamentais que definiam e movimentavam os circuitos mercantis internos e externos, forjou-se, no segundo semestre de 2002, nova linha de investigação no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG⁹. Nesta direção, duas motivações centrais impulsionaram e sustentaram os estudos empreendidos nos últimos quase que três anos sobre as atividades mercantis de Minas Gerais no século XIX. Primeiro a convicção de que na dinâmica comercial encontra-se a chave para a consolidação do entendimento da natureza da economia da mais populosa e escravista província do Brasil do século XIX. Em segundo lugar, mas não menos importante, a certeza, que recorrentemente se confirma, de que Minas apresentou desenvolvimento histórico ao mesmo tempo singular e síntese. Singularidade assente em diversidade regional interna a compor identidade econômica e social específica. Síntese resultante da presença no vasto espaço mineiro das mais significativas expressões da economia e sociedade do Brasil do Dezenove.

A estas motivações foram acrescidas excepcionais possibilidades metodológicas proporcionadas pelo estágio relativamente avançado em que se encontrava a reflexão e tratamento da espacialidade de Minas Gerais no século XIX. Tributário das seminais pesquisas e discussões que irromperam no início do decênio de 1980, partida da referida revisão historiográfica, assomaram preocupações crescentes com a dimensão espacial, mormente pela percepção de acentuados contrastes regionais internos a Minas. Na segunda metade da década de 1990, estavam consolidados três níveis de percepção do espaço mineiro que forneceriam o substrato imprescindível para parcela ponderável das pesquisas subseqüentes. Foi elaborada regionalização¹⁰, forjada classificação regional segundo o nível de desenvolvimento econômico¹¹ e proposta classificação dos espaços urbanos segundo níveis de centralidade¹². Ainda que formulações inaugurais de outra percepção e relação com a espacialidade de Minas Gerais, portanto vulneráveis a reformulações determinadas por futuros desenvolvimentos, os novos recursos de segmentação e classificação de entidades regionais e urbanas abriram a possibilidade de exame acurado do conjunto da complexa formação econômica mineira.

Conquanto no último quinquênio persistam, na produção historiográfica referente ao Oitocentos mineiro, formas de tratamento do espaço marcadas pela improvisação, arbítrio e subjetividade na demarcação das unidades espaciais de análise, parece incontestável os significativos progressos alcançados. Em outros termos, acredita-se que para nenhum outro espaço econômico do século XIX existam recursos semelhantes aos disponíveis para Minas Gerais. Portanto, parte significativa da recente produção historiográfica mineira referente ao Dezenove não encontra, ainda, condições necessárias a desenvolvimento semelhante em outros espaços regionais.

A eleição das atividades mercantis mineiras do século XIX como linha de investigação e os resultados acumulados nos últimos três anos estão em sintonia com o lugar de progressiva importância que os estudos sobre o mercado interno pré-capitalista do Brasil alcançaram nas últimas décadas. Se as estruturas econômicas e sociais coloniais foram objeto de variados modelos interpretativos e intenso debate a contrapor perspectivas assentes em distintas ênfases¹³, as formas assumidas pela economia e

⁹ Os resultados mais expressivos dessa linha de pesquisa foram divulgados em: Godoy, Rodarte e Paiva (2003), Godoy (2004), Godoy e Rodarte (2004) e Rodarte e Godoy (2005).

¹⁰ A proposta de regionalização foi elaborada exclusivamente com base na percepção do espaço de viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro na primeira metade do século XIX. Do inter-relacionamento de fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos dividiu-se o espaço de Minas Gerais em 18 regiões. Embora aspectos de natureza econômica tenham ocupado posição central, as identidades regionais resultaram de combinações específicas de múltiplos aspectos (Godoy, 1996).

¹¹ A classificação das regiões segundo o nível de desenvolvimento econômico resultou da mensuração da importância relativa da dinâmica da produção e comércio regionais articulada com a avaliação da expressão provincial das regiões. A determinação do nível de desenvolvimento econômico fundamentou-se nessa combinação da magnitude regional com a posição relativa na economia provincial. Assim, foram propostos, como categorias analíticas, três níveis de desenvolvimento econômico: baixo, médio e alto (Paiva, 1996: 113/127).

¹² O estudo da rede urbana da província de Minas Gerais no século XIX realizou-se com base em duas teorias da economia regional: a dos lugares centrais e a de sistemas de cidades. O emprego do método *Ward* de análise de *cluster*, utilizando dados de profissão extraídos de documentos censitários das décadas de 1830, censos de 1831/32 e 1838/40, e 1870, censo do Império de 1872, possibilitou apontar para a conformação da rede urbana nesses dois períodos. A análise de cluster possibilitou construir, para cada período, quatro grupamentos hierárquicos de localidades segundo as *funções centrais* que detinham (níveis de centralidade), ou seja, pela concentração de atividades indicativas de localidades centrais, caracterizadas pela maior densidade econômico-urbana e área de influência (Rodarte, 1999).

¹³ Ver, entre outros: Prado Júnior (1987), Furtado (1959), Novais (1983), Cardoso (1980), Gorender (2001), Pires e Costa (1994) e Fragofo e Florentino (2001).

sociedade brasileiras do período de transição para formação econômico-social capitalista, que apenas se apresentará plenamente configurada no pós-1930, ainda aguardam por ensaios de interpretação capazes de sintetizar o essencial das transformações que, especialmente entre 1850-1930, lançam as bases para a vigência no Brasil do capitalismo em sua forma industrial.

2. Estrutura e dinâmica das atividades mercantis da província de Minas Gerais

Atributos sócio-demográficos e estruturas ocupacional e da posse de escravos

Desenvolvimento econômico, centralidade urbana e padrões locacionais¹⁴

No estudo de atributos sócio-demográficos dos comerciantes com atuação na terceira década do século XIX despontaram, com vigor, a diversidade que caracterizara os agentes mercantis desde a centúria anterior. A pluralidade de perfis encontrou suas expressões mais marcantes nas diferenças entre negociantes estabelecidos e tropeiros na circulação, nas distinções entre homens e mulheres em atividades mercantis, nas divergentes características dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões em que atuavam ou de centralidade urbana dos distritos a que pertenciam.

Assim sendo, em realidade de sistema de transportes intensivo no emprego de mão-de-obra, constatou-se a necessidade de grande número de comerciantes na circulação tendo em vista a permanência, ou aprofundamento, da desconcentração espacial do mercado consumidor de Minas Gerais. A natureza do mercado interno e o ônus dos transportes também continuaram combinando-se com a incipiência dos procedimentos contábeis para restringir a participação de escravos no setor, seja por abrir poucas oportunidades de emprego no comércio em geral, seja pela inconveniência de mancipios em atividades que lhes permitiriam evasão de recursos manipulados no exercício profissional (Costa e Luna, 1982: 77). Cativos somente seriam utilizados de forma significativa na circulação, dadas às necessidades impostas por atividades muitas das vezes exigentes da reunião de ponderável número de trabalhadores e que requeriam regular dispêndio de força física (Lenharo, 1979: 97/98). Da composição segundo a condição social menos exclusivista das tropas frente às casas de negócio resultou grande parte das características divergentes entre tropeiros e negociantes. Na circulação a participação relativa de homens, de crioulos e africanos, de jovens e de solteiros era bem mais expressiva do que na comercialização. O maior peso de mulheres nas atividades mercantis estabelecidas decorria de histórica vinculação feminina com o pequeno comércio (Figueiredo, 1993: 33 e 55/56; Furtado, 1999: 236/237). A elevada participação de brancos nas casas de negócio ainda prendia-se á larga participação de portugueses no comércio fixo (Graça Filho, 1998: 104; Furtado, 1999:237).

Novos matizes foram apreendidos quando da superposição de atributos sócio-demográficos aos contrastes definidos pela espacialidade. A diferenciação regional que começou a ganhar feições mais nítidas na segunda metade do século XVIII (Cunha e Godoy, 2003) restava consolidada na primeira metade do século XIX e determinava distintos níveis de desenvolvimento econômico. A malha urbana que se constituiu no Setecentos evoluiu para hierarquizada rede de cidades no Oitocentos a refletir diferenciadas densidades econômico-urbanas e amplitudes de área de influência. Verificou-se que essas configurações espaciais condicionavam o desenvolvimento das atividades mercantis de Minas Gerais e imprimiam variações nas características dos agentes mercantis e de suas formas de atuação. A estreita correlação entre o nível de desenvolvimento econômico regional e o dinamismo do comércio podia ser aquilatada no vigor da presença de escravos, na importância do tropeirismo e no grau de participação feminina em atividades mercantis. A associação direta comércio e escravismo era muita mais vigorosa nas regiões com maior dinamismo econômico, resultado de circulação mercantil que não apenas respondia pelas necessidades das atividades comerciais internas, mas também desempenhava decisiva intermediação mercantil a subordinar as regiões economicamente menos desenvolvidas, com a apropriação de parcela apreciável de suas renda e capacidade de acumular (Lenharo, 1979: 37, Paiva,

¹⁴ Como sumariado na introdução, esta seção destina-se a síntese dos principais resultados das investigações sobre o comércio provincial de Minas Gerais, desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar. Como mencionado, quatro textos reúnem as mais importantes contribuições dessa linha de pesquisa: Godoy, Rodarte e Paiva (2003), Godoy (2004), Godoy e Rodarte (2004) e Rodarte e Godoy (2005). As referências bibliográficas assinaladas ao longo dessa seção objetivam assinalar algumas das muitas articulações temáticas com a produção historiográfica sobre o comércio de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

1996: 118). O comércio de tropas das regiões com nível de desenvolvimento econômico alto assumia importância destacada dada a necessidade de responder pela circulação de ponderável parte das exportações e importações das regiões com nível de desenvolvimento econômico médio e baixo. Também as atividades mercantis estabelecidas, notadamente o pequeno comércio urbano exercido por mulheres, estavam debaixo das determinações decorrentes do nível de desenvolvimento econômico. Nas regiões mais dinâmicas, os relativamente elevados padrões de urbanização refletidos na grande ocorrência de cidades com níveis de centralidade elevados criavam maiores oportunidades para a presença feminina no comércio.

Dos agentes para as empresas mercantis, observou-se que na década de 1830 a exígua participação direta de escravos nas casas de negócio combinava-se com o exercício preponderantemente individual de atividades comerciais estabelecidas. Desde o século XVIII, a desconcentração mercantil manifestava-se na pulverização do comércio fixo em uma miríade de pequenos e médios estabelecimentos e na participação minoritária das grandes casas de negócio. À posição central do comércio estabelecido nas unidades econômicas correspondia elevada participação subordinada ou subsidiária do comércio itinerante em fazendas diversificadas. Conquanto no Setecentos a intermediação realizada por atravessadores e especuladores tenha alcançado importância suficiente para suscitar a intervenção do Estado, preocupado com o desabastecimento e alta descontrolada dos preços nos espaços urbanos, verificou-se a tendência crescente de constituição de tropas de muars pelas grandes unidades produtivas rurais com vistas à independência frente a intermediários (Chaves, 1999: 57/61; Silva, 2000: 95/117). Embora a historiografia tenha conferido ênfase no estudo dessas unidades nos espaços meridionais da capitania, depois província, sobejam evidências de que a inserção do comércio itinerante em grandes unidades da agropecuária era fenômeno comum a toda Minas Gerais e, não poucas vezes, completava-se com o desdobramento do fazendeiro em comerciante estabelecido, dada a também habitual presença de casas de negócio de potados rurais em centros urbanos (Lenharo, 1979: 36/37 e 73/74; Graça Filho, 1998: 95/105 e 119/121; Furtado, 1999: 243/249; Meneses, 2000: 135/137).

Não obstante as atividades mercantis mineiras fossem pouco empregadoras de cativos, o estudo da estrutura da posse de escravos revelou que o setor gerava renda suficiente para ponderável aquisição de cativos. A maior parte das unidades econômicas com presença de atividades comerciais era escravista. Dentre as unidades em que o comércio era a atividade nuclear a maioria possuía cativos. Insofismável índice de riqueza na primeira metade do século XIX, a elevada frequência de comerciantes escravistas na década de 1830 reiterava o secular potencial de acumulação do setor mercantil de Minas Gerais (Furtado, 1999: 248/249). Ainda que mais incidentes as pequenas e médias posses de escravos, verificou-se a permanência de padrão delineado no século XVIII e que se caracterizava pela inclinação dos comerciantes à diversificação de seus investimentos, incluindo a aquisição de escravos a serem alocados em outras atividades. Tropeiros adquiriam regularmente escravos a serem empregados na circulação mercantil. Negociantes compravam habitualmente escravos destinados à agropecuária, ao artesanato e aos serviços domésticos (Furtado, 1999: 248/249; Luna, 1982: 42)

O exame da estrutura ocupacional evidenciou que, como na centúria anterior, a associação do comércio com atividades da agropecuária atendia, dentre outros objetivos estritamente pecuniários, ao anseio de projeção social e desvinculação de imagem negativa ainda vigente com relação ao universo mercantil (Zemella, 1990: 166/167; Lenharo, 1979: 32; Furtado, 1999: 246). A associação com atividades manuais e mecânicas resultava da importância do trabalho artesanal exercido por mulheres livres e escravas, inclusive com a geração de renda em muitos casos complementar a proveniente o comércio, e do vigor das artes e ofícios no urbano, espaço preferencial para a vigência de atividades mercantis. Embora em menor escala, ao comércio não era incomum a associação com a mineração, provavelmente com a redundante faiscação que permitia a incorporação de pequenas rendas adicionais geradas por escravos.

A inequívoca função mercantil das cidades da província aparecia refletida na relativamente maior presença de assalariados, estudantes e, principalmente, empregados domésticos nos domicílios dos comerciantes frente aos domicílios sem atividades mercantis. O incipiente mercado de trabalho livre de Minas Gerais, nas suas multifacetadas formas de assalariamento, era fenômeno muito mais urbano do que rural. O restrito acesso à formação escolar pública ou a iniciação particular nos rudimentos de disciplinas

escolares também se apresentava com muito mais vigor nas cidades do que no campo. Nos espaços urbanos vicejava vida material muito mais complexa e sofisticada do que nos espaços rurais, estimulando maior desenvolvimento de atividades domésticas e prestação de serviços em geral. Historicamente associados ao urbano, os comerciantes usufruíam cultura material em geral distinta da pertinente a rusticidade e simplicidade que predominava na vida no campo.

Superpostas fontes demográficas e fiscais da década de 1830, foram reunidas novos dados a corroborar a longa especificidade da participação feminina em atividades mercantis de Minas Gerais. Praticamente adstritas ao pequeno comércio das vendas, as mulheres raramente eram proprietárias de armazéns e lojas. Fortemente vinculadas ao comércio de aguardente, as negociantes apenas excepcionalmente comercializavam espíritos importados e fazenda seca (Figueiredo, 1993; Furtado, 1999). Universo praticamente restrito a negociantes do sexo masculino, as lojas e armazéns compunham a elite dos estabelecimentos comerciais. Enquanto os vendeiros normalmente não possuíam cativos, lojistas e armazeneiros quase sempre eram escravistas. A heterogênea extração sócio-econômica dos negociantes do Dezenove era continuidade da igualmente multifacetada composição dos agentes mercantis do Dezoito (Zemella, 1990; Furtado, 1999). Os minoritários armazéns e lojas eram empresas de homens, brancos, escravistas, com estoques em que estavam incluídas mercadorias de maior valor agregado, inclusive importados, quase sempre se localizavam em espaços urbanos e se constituíam na atividade central de seus proprietários. As majoritárias vendas eram empresas de homens e mulheres, brancos, mestiços e negros (crioulos e africanos), não-escravistas, com estoque em que predominava o comércio de aguardente e raramente incluía mercadorias de consumo conspícuo, distribuíam-se pelos espaços urbanos e rurais e habitualmente faziam parte de unidades econômicas em que o comércio estava consorciado ao artesanato.

Do aprofundamento do exame das relações entre as determinações da regionalização, das variações nos níveis de desenvolvimento econômico regional e dos graus de centralidade urbana resultou a constatação de padrões locais para os estabelecimentos comerciais e empresas de transporte terrestre da província de Minas Gerais. Enquanto as unidades de comércio fixo tendiam a estar mais próximas dos pontos de maior demanda, isto é, nos grandes centros das regiões mais desenvolvidas, as unidades de comércio por tropas tendiam a se localizar nas periferias desses grandes centros. São fortes os indícios de que as empresas de transporte cumpriam, dentre outras tantas funções, a de estabelecer trocas entre os grandes centros e as localidades menores, a eles subordinados. Assim sendo, pode-se afirmar que, ao menos para as regiões economicamente mais desenvolvidas, as relações entre comércio estabelecido e por tropas davam substância à intensa articulação dos sistemas de cidades de Minas Gerais. Em outras palavras, foram reunidas evidências de que o comércio mineiro era estruturado em conglomerados de localidades, como os dos grandes centros de Ouro Preto e São João Del Rei, assim como, de forma mais esparsa, em áreas de entreposto comercial como Januária. Dessa forma, lógicas sobrepostas se colocam para determinar as localizações do aparato comercial de Minas Gerais, sendo que o estágio de desenvolvimento econômico e o nível de urbanização, do próprio local, dos centros do entorno e dos pontos estratégicos das grandes rotas comerciais, eram os principais determinantes locais das atividades comerciais. Também se constatou que as unidades comerciais eram qualitativamente diferentes, por nível de desenvolvimento econômico e de centralidade urbana. Nos grandes centros, localizados nas regiões mais desenvolvidas, o comércio fixo era sobre-representado em relação às suas dimensões demográficas, além de terem uma proporção maior de comerciantes chefes, de pessoas ocupadas no comércio e em atividades associadas não-agropastoris do que nas demais localidades, além de apresentarem-se mais escravistas e possuírem, em geral, plantéis maiores. O comércio de tropas possuía outras particularidades. O estudo da estrutura da posse de escravos sugere que nos grandes centros havia uma quantidade menor de tropas, porém, mais estruturadas e com grandes plantéis. Grande parte das tropas estava sediada em localidades de média e baixa centralidade, sendo que a maioria tinha dimensão menor, com poucos ou nenhum escravo e, provavelmente, estavam incumbidas de cobrir rotas vicinais. Por nível de desenvolvimento, os dados apresentados reafirmaram que o comércio, quantitativa e qualitativamente, apresentava maior grau de estruturação nas regiões mais desenvolvidas.

3. Aspectos Metodológicos

3.1 Informações disponíveis e selecionadas: os mapas de casas de negócio de 1836, e o censo demográfico de 1831/32 e de 1838/40

Documentação fiscal, os mapas de engenhos aguardenteiros e de casas de negócios de 1836 conformam as mais extensas e detalhadas relações nominais de proprietários de engenhos de cana-de-açúcar e estabelecimentos comerciais do Oitocentos mineiro, assim como as fontes com maiores cobertura espacial e número de informantes para o estudo do setores canavieiro e comércio estabelecido do período imperial brasileiro¹⁵. No caso das casas de negócios, foram relacionados com regularidade o nome e sobrenome dos negociantes, localização espacial do estabelecimento, tipos de casas de negócios e mercadorias comercializadas.

O Censo econômico e demográfico de 1831/32, por sua vez, foi organizado sob a forma de listas nominativas distritais de habitantes, e é o mais extenso e circunstanciado levantamento populacional do período provincial mineiro, além de ser o maior conjunto de informações nominais de natureza censitária remanescente para o período imperial brasileiro. A representatividade e cobertura das listas remanescentes de 1831/32 são bastante satisfatórias, e compreendem aproximadamente 55% da população e distritos então existentes em Minas Gerais.

Nessa documentação, as variáveis demográficas utilizadas no presente estudo referem-se ao tamanho da população e os dois segmentos dessa sociedade dicotomizada: número de livres e de escravos. A unidade domiciliar, que combina ambos segmentos da população, também foi uma variável selecionada para a análise. Dentre os domicílios, foram selecionados os que possuíam pelo menos um indivíduo ocupado no comércio. Surgiu daí, outras três variáveis: domicílio de negociantes, domicílios de tropeiros e domicílios com indivíduos ocupados em ambas as categorias de comércio (Tabela 1). Deve-se mencionar que foram incorporadas cinco localidades que não constavam no acervo das listas do período de 1831/32, mas que haviam sido recenseadas no período 1838/40, por meio de arrolamento nominal semelhante ao efetuado em 1831/32.

3.2 Tratamento da amostra selecionada

Via de regra, a amostra foi constituída por distritos que continham informações de ambos os tipos de fontes primárias pesquisadas. Ou seja, eram observações que continham tanto a variável de resposta, pelos mapas de 1836, como as variáveis explicativas definidas nas listas de 1831/32 e de 1838/40. Sob tal condição, foram incorporados 172 distritos, o que representa 93,0 % da amostra original total de 185 distritos.

Os 13 restantes da amostra referiam-se a distritos com listas de 1831/32, ou de 1838/40 sem os mapas de 1836. Nesses casos, a variável domicílios com negociantes, nas listas nominativas, foi tomada como *proxy* do número de estabelecimentos comerciais¹⁶. Esse procedimento também foi aplicado em três casos¹⁷, em que os mapas de 1836 ofereciam um dado parcial do total de estabelecimentos no distrito.

Além das variáveis demográficas, procurou-se analisar a relação entre o número de estabelecimentos comerciais e aspectos regionais e urbanos dos distritos. A Tabela 2 e o Mapa 1 mostram a composição da amostra original, segundo nível de desenvolvimento e nível de centralidade. Esta composição amostral representa, de fato, a estrutura da distribuição dos distritos mineiros segundo esses recortes espaciais: As regiões de alto desenvolvimento possuíam maior número de distritos, *vis-à-vis* os de menor desenvolvimento; enquanto que os lugares detentores de maior centralidade urbana, como normalmente ocorre com as redes de cidades, eram em menor número que as localidades de menor centralidade.

¹⁵ A representatividade e cobertura dos mapas remanescentes são excepcionais e abarcam 71% dos distritos e 76% da população residente. Para maior detalhamento, ver Godoy (2004).

¹⁶ Esse procedimento ocorreu em casos específicos, em que a qualidade das informações ocupacionais constantes nas listas nominativas foi considerada ao menos, razoável.

¹⁷ Ouro Preto, Diamantina e Santa Luzia.

3.3 Relações das variáveis explicativas para o número de casas comerciais: uma primeira aproximação

As relações entre as características gerais dos distritos e o correspondente número de estabelecimentos comerciais foram explicitadas em gráficos no Anexo. De um lado, no Gráfico 2.A, observa-se relação positiva entre o número de casas de negócios e de pessoas livres. Essa correlação sugere que um número maior de livres equivaleria a um número maior de consumidores, o que redundaria em um espaço econômico ampliado, capaz de comportar um número maior de estabelecimentos comerciais. De outro lado, também foi detectada relação direta entre número de escravos e a variável de resposta, com uma inclinação mais acentuada que a situação anterior (Gráfico 2.C). Essa vinculação poderia estar denotando que a posse de escravos, mesmo pequena, seria reflexo de uma elevada capacidade de consumo dos seus proprietários. Pela Tabela 1, observou-se que os distritos, em média, tinham 19 estabelecimentos comerciais, e 1.239 livres, mas um contingente de escravos que era praticamente metade desse número (636).

Tabela 1
Descrição das variáveis quantitativas da amostra
Minas Gerais, década de 1830

	Obs	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Variável de resposta (Mapas de 1836)					
Casas de negócios.....	172	19,0	19,5	0	130
Variáveis explicativas (Listas nominativas de 1831/32 e 1838/40)					
Livres.....	185	1.238,9	906,1	149	5.869
Escravos.....	185	635,7	598,6	23	6.585
População.....	185	1.874,5	1.416,3	267	12.454
Domicílios.....	185	286,8	245,8	5	2.008
Domicílios com comerciantes					
Comércio fixo.....	185	20,2	23,0	0	156
Comércio de tropa.....	185	5,1	6,3	0	38
Comércio integrado.....	185	0,6	1,2	0	10

Fonte: Listas Nominativas de 1831/32, 1838/40; e Mapas de Casas de Negócios de 1836. Elaboração própria.

Tabela 2
Descrição das variáveis qualitativas da amostra
Minas Gerais, década de 1830

	Desenvolvimento econômico regional		Centralidade urbana dos distritos		
	Nº	%	Nº	%	
Alto.....	118	63,8	Elevada ¹	10	5,4
Médio	58	31,4	Média ²	41	22,2
Baixo.....	9	4,9	Baixa ³	134	72,4
Total da amostra....	185	100,0	Total da amostra...	185	100,0

Fonte: Listas Nominativas de 1831/32 e 1838/40. Elaboração própria.

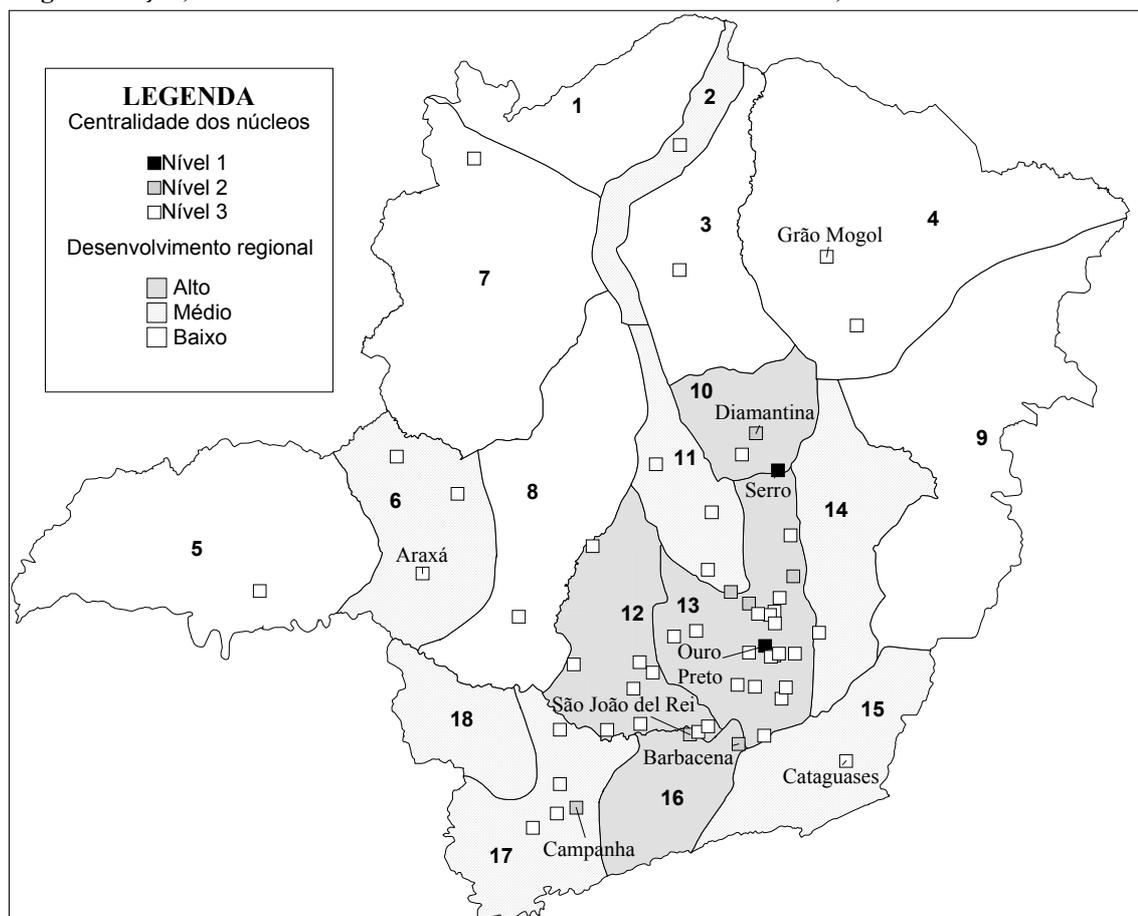
Nota: (1): Centralidade elevada refere-se aos níveis 1 e 2 de centralidade urbana; (2) Centralidade média equivale ao nível 3; e (3) Baixa centralidade corresponde ao nível 4 desse indicador.

Como se observou relação semelhante entre número de casas de negócios e os contingentes livres e cativos da população, a vinculação entre estabelecimentos comerciais e a população total, organizada por domicílios, também se mostrou positiva (Gráfico 2.E). Na eventualidade de se trabalhar com essa variável, a sua dispersão assimétrica, (com muitos distritos menos povoados, e poucos distritos populosos), sugeriria a substituição pelo seu logaritmo. Sem essa transformação, a relação entre a variável de resposta e a variável dependente ficaria menos evidente. Além disso, a transformação logarítmica da variável dependente minimizaria a possibilidade de existir pontos influentes, que falseariam a análise de regressão. No Gráfico 2.F, pode-se observar o aumento da uniformidade da dispersão da variável

dependente com a transformação logarítmica de domicílios.

Mapa 1

Regionalização, Níveis de desenvolvimento e centralidade. Minas Gerais, 1830



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatú; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** - Ouro Preto e Serro; **Nível 2:** Itabira do Mato Dentro, Vila de Campanha, Mariana, Santa Luzia, Diamantina, Barbacena, Caeté, S. João del Rei; **Nível 3:** Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Brumado, São Gonçalo, Santana do Sapucaí, Passagem, Guarapiranga, Forquim, Catas Altas, Grão Mogol, Minas Novas, Cachoeira do Campo, Araxá, Januária, Brumado, Queluz, Matosinhos, Dolores da Boa Esperança, Cláudio, Prados, Vila de São José (Tiradentes), Bom Sucesso, Oliveira, Gouveia, Bambuí, Formiga, Espírito Santo, Nossa Senhora do Socorro, Mutuca, Desterro do Mello, Santa Rita da Meia Pataca, Nossa Senhora de Oliveira, São Sebastião, Nossa Senhora da Saúde, Itatiaia, Dolores do Campo Formoso, Santana da Barra do Rio do Espírito, Coromandel, Buritis, Nossa Senhora da Abadia, Itaverava, Santana de Traíras, Santo Antônio da Mouraria, Santíssimo Coração de Jesus, Morro da Garça, São Sebastião do Itatiaia, Perdões, Carmo do Japão, Santo Antônio Abaixo; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelos demais 177 distritos pesquisados, não visualizados no mapa (RODARTE, 1999: 89 e 126).

Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Elaboração própria.

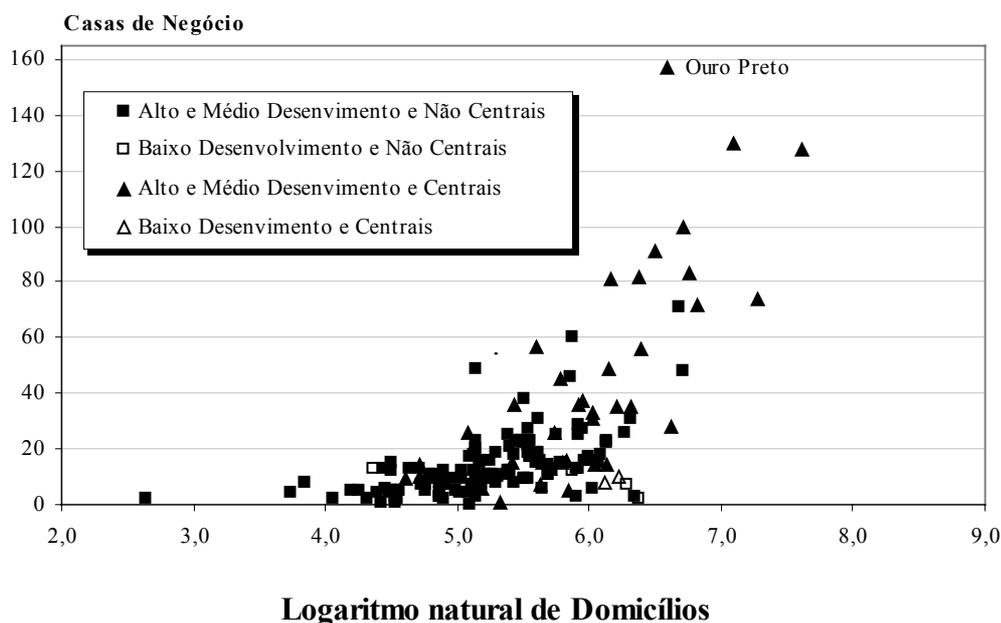
O Gráfico 1 fornece elementos para supor que o tamanho da população, aqui medido pelo número de domicílios, é insuficiente para explicar, isoladamente, o número de casas de negócios nos distritos. De fato, com o distrito localizado em uma região próspera, a renda por domicílios seria, provavelmente, maior, e o número de estabelecimentos comerciais poderia, também, ser mais amplo que em outro distrito, de igual população, situado em uma região de baixo desenvolvimento (Gráfico 3.B).

O nível de urbanização, medido pelo nível de centralidade (Gráfico 3.A) também deveria ser uma variável importante, pois se um núcleo tivesse maior centralidade, a capacidade de oferta, expressa no número de estabelecimentos comerciais, estaria voltada para atender não só a demanda local – mensurada pelo número de domicílios - mas também a demanda dos distritos vizinhos de menor centralidade¹⁸.

¹⁸ Também se cogitou sobre as possíveis relações do número de casas comerciais com o número de tropas no distrito e a existência de estabelecimentos com comércio integrado, mas essas vinculações não se mostraram evidentes

Gráfico 1

Casas de negócios e logaritmo natural de domicílios dos distritos, segundo nível de desenvolvimento e centralidade urbana
Minas Gerais, década de 1830



Fonte: Listas Nominativas de 1831/32; 38/40 e Mapas de Casas de Negócios de 1836. Elaboração própria.

4. O modelo: o impacto das condicionantes urbanas, regionais, demográficas e político-administrativas na dimensão do mercado interno e no aparato comercial, como hipótese

Apesar do exercício estatístico proposto não apontar causalidade entre o objeto de investigação e possíveis determinantes, pretendeu-se estudar o nível de correlação entre o número de estabelecimentos comerciais e várias características dos distritos, hipoteticamente importantes para determinar o tamanho do mercado interno, e por extensão, o número de estabelecimentos comerciais.

4.1 Descrição do modelo e análise dos resultados

Nesse primeiro estudo exploratório de regressão linear múltipla de mínimos quadrados ordinários - MQO, a melhor combinação de variáveis obtida para explicar o número de estabelecimentos comerciais é observada na Tabela 3. Deve-se considerar, entretanto, que da amostra original de 185 distritos, 14 distritos foram excluídos por terem sido considerados pontos influentes¹⁹ (ver Anexo II). Foi também nessa etapa do estudo que se identificou os comportamentos diferenciados de Ouro Preto, Diamantina e São João del Rei.

Deve-se, a princípio, proceder à análise de variância do modelo (ANOVA), a partir dos dados da parte superior da Tabela 3. O teste F, de significância global, de 138,02 indica a rejeição da hipótese nula de irrelevância de todas as variáveis independentes para explicar a variância do número de estabelecimentos comerciais. Com isso, há uma probabilidade (0,0000) infinitamente pequena dessa rejeição estar equivocada. Um outro aspecto a ser ressaltado é o fato do coeficiente de determinação R^2 (a razão da soma dos quadrados do modelo e a soma dos quadrados totais), que objetiva medir o grau de ajuste do modelo, ou seja, o influência da variação das variáveis explicativas na variação total da variável de resposta, ter sido elevada. No caso, 87,21% das diferenças de tamanho do aparato comercial dos distritos são explicadas pelos diferentes níveis de desenvolvimento e pela gradação do nível de

¹⁹ Também foi determinante para a exclusão dessas observações o fato da declaração do número de casas de negócios, em 1836, ter sido muito diferente do número de domicílios com comerciantes fixos, pelas listas nominativas. O ajuste pela subtração dos pontos influentes resultou na elevação do R^2 (de 0,784 - na Tabela 5 - para 0,872), e dos testes t da maioria dos coeficientes, mas não causou efeito considerável sobre os valores dos coeficientes dos parâmetros.

centralidade e pelos três casos especiais de localidades mineiras importantes.

Tabela 3

Modelo de regressão linear de mínimos quadrados ordinários do número de casas de negócios, como variável de resposta. Minas Gerais, década de 1830

Source	SS	df	MS			
Model	80963.8906	8	10120.4863	Number of obs =	171	
Residual	11878.6357	162	73.3249119	F(8, 162) =	138.02	
				Prob > F =	0.0000	
				R-squared =	0.8721	
				Adj R-squared =	0.8657	
				Root MSE =	8.563	
Total	92842.5263	170	546.132508			

lojas	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
op	$\beta_8 = 73.78627$	9.271092	7.96	0.000	55.4785	92.09404
sjr	$\beta_7 = 40.29661$	9.266028	4.35	0.000	21.99884	58.59439
diam	$\beta_6 = 29.98350$	9.417196	3.18	0.002	11.38722	48.57979
cl1e2	$\beta_5 = 57.32492$	4.017318	14.27	0.000	49.39186	65.25798
cl3lndomic	$\beta_4 = 1.054659$.3004739	3.51	0.001	.4613082	1.648009
des3lndomic	$\beta_3 = -1.763663$.5482102	-3.22	0.002	-2.846222	-.6811035
lndomic	$\beta_2 = 7.940176$	1.537371	5.16	0.000	4.904306	10.97605
lnescr	$\beta_1 = 3.279674$	1.414781	2.32	0.022	.4858844	6.073464
_cons	$\beta_0 = -48.52932$	7.434313	-6.53	0.000	-63.20998	-33.84867

Fonte: Listas Nominativas de 1831/32; 38/40 e Mapas de Casas de Negócios de 1836. Elaboração própria.

Nota: Variáveis do modelo: **lojas**: casas comerciais; **op**: dummy de Ouro Preto; **diam**: dummy de Diamantina; **sjr**: dummy de São João del Rei; **lndomic**: logaritmo natural de domicílios; **cl1e2**: dummy dos distritos de elevada centralidade (níveis 1 e 2); **cl3lndomic**: dummy de inclinação diferenciada dos distritos de centralidade média (nível 3); **des3lndomic**: dummy de inclinação diferenciada dos distritos de regiões de baixo desenvolvimento (nível 3); **_cons**: intercepto da equação.

Complementar ao teste F, tem-se os testes t de *Student*, que visam avaliar, para cada variável explicativa, a sua relação linear com a variável de resposta como estatisticamente significativa. De acordo com essa análise de regressão, os valores de P são muito baixos, indicando que a probabilidade de se cometer erro Tipo I (que equivale a rejeitar, incorretamente, a hipótese de insignificância estatística) é improvável. Como exemplo, vale citar o teste t da variável logarítmica do número de escravos. Nesse caso, a probabilidade exata de se cometer um erro Tipo I é a mais elevada de todas as covariáveis explicativas, e mesmo assim, é de apenas 0,022. Ou seja, a chance de considerar, por engano, essa variável relevante para explicar o tamanho do aparato comercial é de apenas 2,2%. No item que segue, parte principal do texto, são definidas as relações entre o tamanho do conjunto de casas de comércio e os vários atributos dos distritos, pelo modelo aqui desenvolvido.

4.2 O modelo principal, ou a regra geral da dimensão do aparato comercial

Para a grande maioria dos distritos, que tinham o menor nível centralidade urbana e estavam localizados em regiões de alto e médio desenvolvimento (Tabela 2), a relação de casas de negócios descrita pelo modelo pode ser assim formulada:

$$Lojas_i = \beta_0 + \beta_1 \ln escr_i + \beta_2 \ln domic_i + u_i \quad (1)$$

Que pelos coeficientes estimados, ficaria:

$$Lojas_i = -48,53 + 3,28 \ln escr_i + 7,94 \ln domic_i + u_i \quad (2)$$

onde *Lojas* é o número de casas de negócios do distrito; *escr*, o número de escravos, e *domic*, o número de domicílios.

Trata-se de uma equação lin-log, que tem uma leitura diferente de uma regressão linear nas variáveis, por se tratar de uma relação entre uma variável absoluta e outra relativa. No caso presente, a regressão informa que o crescimento de 1% dos domicílios em um distrito, abriria o espaço econômico para 7,94 estabelecimentos comerciais. Por sua vez, o efeito isolado de um aumento de 1% no plantel de escravos refletiria um ambiente favorável à entrada de mais 3,28 casas comerciais.

Num gráfico em que a abscissa fosse o número de domicílios nos distritos ou o número de escravos,

a regressão indicaria uma relação positiva, porém decrescente com o número de casas de negócios. Essa relação poderia ser explicada por dois motivos no caso dos domicílios: 1) o isolamento dos distritos, dadas as dificuldades de transporte, impunham que se tivesse um número considerável de estabelecimentos comerciais, mesmo que o tamanho da população fosse relativamente pequeno; 2) nos distritos mais populosos, a maior oferta de produtos poderia ser expressa, não apenas no aumento do número de estabelecimentos, mas também, no tamanho dos mesmos. Assim, as tabernas e bares, mais comuns nos pequenos distritos, dariam espaço para grandes armazéns e lojas. No caso da relação entre casas comerciais e o número de escravos, também se poderia fazer a conjectura de que, em dado momento, a qualidade dos estabelecimentos passaria a ser mais importante que o seu simples crescimento numérico.

4.3 Os casos especiais do modelo

A) Os grandes centros da Província

Os distritos de maior centralidade urbana (níveis 1 e 2) apresentavam um número de casas de negócio maior que a equação básica previa, pelo número de domicílios e pelos respectivos plantéis de escravos. Esse fato reflete a propriedade que esses núcleos teriam, por suposição, de centralizar a oferta de certos produtos para atender demandas dos núcleos menores do entorno, o que resultaria num aparato comercial maior. Dessa forma, a equação teria o componente principal, adicionada da parte relativa à centralidade maior:

$$Lojas_i = (\beta_0 + \beta_1 \ln escr_i + \beta_2 \ln domic_i) + (\beta_3 c11e2) + u_i \quad (3)$$

onde *c11e2* corresponde à *dummy* de intercepto diferenciado dos distritos desse nível de centralidade. Reordenando os coeficientes teria-se:

$$Lojas_i = (\beta_0 + \beta_3 c11e2) + \beta_1 \ln escr_i + \beta_2 \ln domic_i + u_i \quad (4)$$

Ao empregar os valores dos coeficientes estimados, a equação para os núcleos de centralidade elevada seria:

$$Lojas_i = 8,79 + 3,28 \ln escr_i + 7,94 \ln domic_i + u_i \quad (5)$$

Dessa forma, a equação mostra a permanência das relações entre as variações das quantidades de domicílios e de escravos em relação ao aparato comercial, em relação ao modelo geral. A especificidade desse caso reside no intercepto positivo, que indica um expressivo salto do tamanho do aparato comercial que ocorreria em um lugar de centralidade baixa (nível 4) ao passar para centralidade elevada (níveis 1 e 2).

B) Ouro Preto, São João del Rei, e Diamantina, como casos particulares

As três importantes vilas de Minas Gerais constituem situações especiais do caso analisado anteriormente, por apresentarem comportamento bastante distinto dos demais distritos de centralidade elevada, como já sugeria o Gráfico 1 e pelo estudo dos pontos influentes, e por isso, foram isoladas por meio de variáveis *dummy*. No caso de Ouro Preto, esse procedimento justifica-se pelo singular *status* político-administrativo de capital da Província. Nessa situação, a presença do aparelho administrativo do Estado, com os vencimentos dos funcionários mais graduados, entre outros fatores, poderia exercer um efeito sinérgico com a elevada centralidade, e com isso, justificar uma estrutura de oferta de produtos maior do que possuíam as demais cidades de centralidade elevada.

Em relação à São João del Rei, o tratamento especial legitima-se pela privilegiada situação de grande entreposto comercial dos importantes fluxos comerciais que Minas Gerais mantinha com a Coorte. Uma passagem do relato de viagem de Saint-Hilaire é emblemática ao mostrar a peculiar situação de São João del Rei em relação ao comércio provincial:

Depois que o Brasil se tornou independente e os habitantes de S. João renunciaram, ao menos em

parte, à mineração, esta vila tornou-se o centro de considerável comércio, que tende a aumentar com o tempo. Os comerciantes, muitos dos quais bem ricos, compram no Rio de Janeiro todos os objetos que podem ser consumidos no interior; os vendedores das pequenas vilas da comarca de Rio das Mortes e das comarcas mais distantes tem certeza de encontrar numa mesma casa em S. João, quase todos os artigos de que necessitam; enquanto que, se fossem ao Rio de Janeiro perderiam muito tempo, fariam despesas consideráveis e, menos conhecidos, não gozariam do mesmo crédito (Saint-Hilaire, 1974: 111).

Na década de 1830, a então Vila de Diamantina, por sua vez, usufruía de um *boom* da economia de mineração de diamante decorrente do relaxamento das rígidas normas restritivas do distrito diamantino, impostas pelo Estado, o que levou a incluir esse caso no rol dos casos especiais desse modelo. O memorialista Joaquim Felício dos Santos registra esse fenômeno ao citar um relatório da Junta Diamantina, de 1840, para o Presidente da Província:

...Cumprir observar que além da numerosa população que tira sua subsistência imediatamente da mineração, um número muito mais considerável a obtém indiretamente. Sem falar na classe do comércio, que põe em giro nesse país avultada soma de capitais, a agricultura não tem outro fiador, que não seja a mineração; e o município de Diamantina consome, além de seus próprios produtos agrícolas, o excesso de produção que superabunda no município da cidade do Serro... (Santos, 1978: 394)

Nesses casos especiais, as formulações seriam a somatória dos componentes da equação (3), com as *dummiys* correspondentes, observadas na Tabela 3. No caso da Capital da Província, seria:

$$Lojas_i = (\beta_0 + \beta_1 \ln escr_i + \beta_2 \ln domic_i) + (\beta_5 cl1e2) + (\beta_8 op) \quad (6)$$

para São João del Rei, sua equação seria:

$$Lojas_i = (\beta_0 + \beta_1 \ln escr_i + \beta_2 \ln domic_i) + (\beta_5 cl1e2) + (\beta_7 sjr) \quad (7)$$

e, para Diamantina, seria:

$$Lojas_i = (\beta_0 + \beta_1 \ln escr_i + \beta_2 \ln domic_i) + (\beta_5 cl1e2) + (\beta_6 diam) \quad (8)$$

onde *op*, *sjr* e *diam* corresponderiam às variáveis *dummy* de Ouro Preto, São João del Rei e Diamantina, respectivamente.

Casos similares ao caso dos lugares com centralidade mais elevadas (3), as três últimas equações mostram as mesmas relações entre as variações das quantidades de domicílios e de escravos em relação ao aparato comercial. A distinção em relação ao modelo original está, novamente, no intercepto positivo., além do β_5 , das centralidades elevadas, soma-se o β_8 , no caso, de Ouro Preto, β_7 para São João del Rei, e β_6 , para Diamantina. Dessa forma, o salto do tamanho do aparato comercial seria maior em Ouro Preto, que em São João del Rei, e que por sua vez, era maior que em Diamantina.

C) Os centros médios de Minas Gerais

Conquanto tivessem um conjunto de atividades urbanas de destaque, seu poder de centralizar a oferta para as demandas dos distritos do entorno era mais limitado que os grandes centros da Província. Dessa forma, a situação dos distritos de centralidade média imitava, em menor intensidade, o comportamento dos núcleos de centralidade mais elevada, pelo aumento da proporção de estabelecimentos comerciais em relação à sua dotação de unidades domiciliares e de escravos segundo o modelo principal descrito na equação (1). Ao contrário dos grandes centros – pela equação (3), a particularidade dos centros médios reside na mudança de padrão de relação entre o número de casas comerciais e o tamanho do distrito, medido pelo número de domicílios. Nesse caso, o modelo seria :

$$Lojas_i = (\beta_0 + \beta_1 \ln escr_i + \beta_2 \ln domic_i) + (\beta_4 cl3 \ln domic) + u_i \quad (9)$$

onde *cl3ln domic* é a *dummy* de inclinação diferenciada dos distritos de centralidade média (nível 3).

Reordenando e somando os coeficientes estimados (β_2 e β_4), a equação para os núcleos de

centralidade elevada seria:

$$Lojas_i = -48,53 + 3,28 \ln escr_i + 8,99 \ln domic_i + u_i \quad (10)$$

A reta da equação descrita assume, então, uma inclinação ligeiramente superior que o modelo principal, indicando que o crescimento de 1% dos domicílios resultaria em um adicional de 8,99 unidades de comércio, e não apenas 7,94.

D) As localidades das regiões de baixo desenvolvimento econômico

Na situação oposta à encontrada no caso discutidos acima, coloca-se os distritos localizados nas regiões de baixo desenvolvimento, conseqüência talvez, do menor poder aquisitivo dos domicílios ali residentes.

Nos casos em questão, a equação seria:

$$Lojas_i = (\beta_0 + \beta_1 \ln escr_i + \beta_2 \ln domic_i) + (\beta_3 des3 \ln domic) + u_i \quad (11)$$

onde *des3* seria a *dummy* de inclinação dos distritos das regiões de baixo nível de desenvolvimento. Somando os coeficientes β_2 e β_3 , a equação seria, então:

$$Lojas_i = -48,53 + 3,28 \ln escr_i + 6,18 \ln domic_i + u_i \quad (12)$$

Dessa forma, a inclinação da reta, nesse caso específico, era menor que a inclinação da reta do modelo principal. Para o crescimento de 1% dos domicílios, teria-se nas regiões de baixo desenvolvimento, um aumento de apenas 6,18 estabelecimentos comerciais, e não de 7,94, como ocorria nos distritos das regiões de médio e alto desenvolvimento.

Considerações finais

O presente estudo constitui uma etapa do primeiro esforço de análise que, por meio de modelagem estatística, objetiva deslindar os fatores determinantes da dimensão do aparato comercial das localidades, que por sua vez, refletia a estrutura da oferta de produtos, importante indicador da extensão do mercado interno. A seleção dos elementos aventados como importantes para o setor comercial foi realizada a partir das experiências expressas em trabalhos anteriores que já sugeriam essas relações²⁰.

O modelo é eloqüente ao mostrar a estreita relação entre o número de estabelecimentos comerciais e a dimensão demográfica (medida pelo número de domicílios), assim como a situação econômica particular das localidades (mensurada pelo número de escravos. Além disso, o modelo detectou o crescimento da relação de casas comerciais por domicílios determinado por dois fatores: 1) grau de desenvolvimento, ao passar de distritos de regiões de baixo, para médio e alto desenvolvimento econômico; e 2) nível de centralidade, ao passar de distritos de baixa centralidade urbana, para média centralidade, e principalmente, para alta centralidade.

No processo de ajustamento do modelo, detectou-se três localidades, cujos complexos comerciais excediam à lógica apontada pelo restante das localidades mineiras: Ouro Preto, São João del Rei e Diamantina. O dinamismo dessas três importantes vilas são emblemáticas por representar os três pilares da economia mineira naquele período da história, que eram: 1) o mercado interno, que em Ouro Preto era maior por ser, ao mesmo tempo, a capital da província, e o maior centro do sistema de cidades, (ao lado do Serro); 2) o comércio extrovertido de Minas com o “resto do mundo”, e em especial, com o Rio de Janeiro, cuja rota comercial, São João del Rei mais se beneficiava, visto ser o entreposto comercial de maior destaque; e 3) a economia da mineração, que apesar de decadente, gerava significativo dinamismo para localidades como Diamantina e seu entorno.

Na busca da otimização do arranjo dos dados para o estudo das correlações, optou-se pela relação linear-logarítmica (modelo lin-log) entre a variável de resposta (número de casas comerciais) e as variáveis explicativas não categóricas, tanto para o número de domicílios, como para o tamanho dos

²⁰ Vale citar os trabalhos de Godoy (2004), Godoy e Rodarte (2004), e Godoy, Rodarte e Paiva (2003).

plantéis de escravos. Esse tipo de regressão permite duas formas úteis de leitura. A primeira é a relação decrescente entre as variáveis, o que mostrou coerente com o que já era depreendido dos dados dos Mapas de Casas de Negócios de 1836. A segunda forma de interpretação dos resultados é uma abordagem dinâmica da evolução do aparato comercial ao inferir o impacto sobre o comércio, do crescimento percentual do número de domicílios e do plantel de escravos.

Uma das importantes limitações do exercício refere-se à não incorporação da análise qualitativa do aparato comercial: tipo de estabelecimento comercial, produtos ofertados em suas dependências, número de pessoas ocupadas, etc., foram variáveis desprezadas nesse momento. Também não se introduziu no modelo, variáveis de vizinhanças: ou seja, não se apurou o possível impacto no mercado de cada distrito, o fato de estar localizado longe ou perto de maiores ou menores distritos, a distância em relação aos grandes fluxos comerciais, ou mesmo do distrito estar estrategicamente localizado próximo a um entreposto comercial, etc. Certamente, a incorporação dessas variáveis, no futuro, poderá tornar o modelo mais ajustado.

Referências Bibliográficas

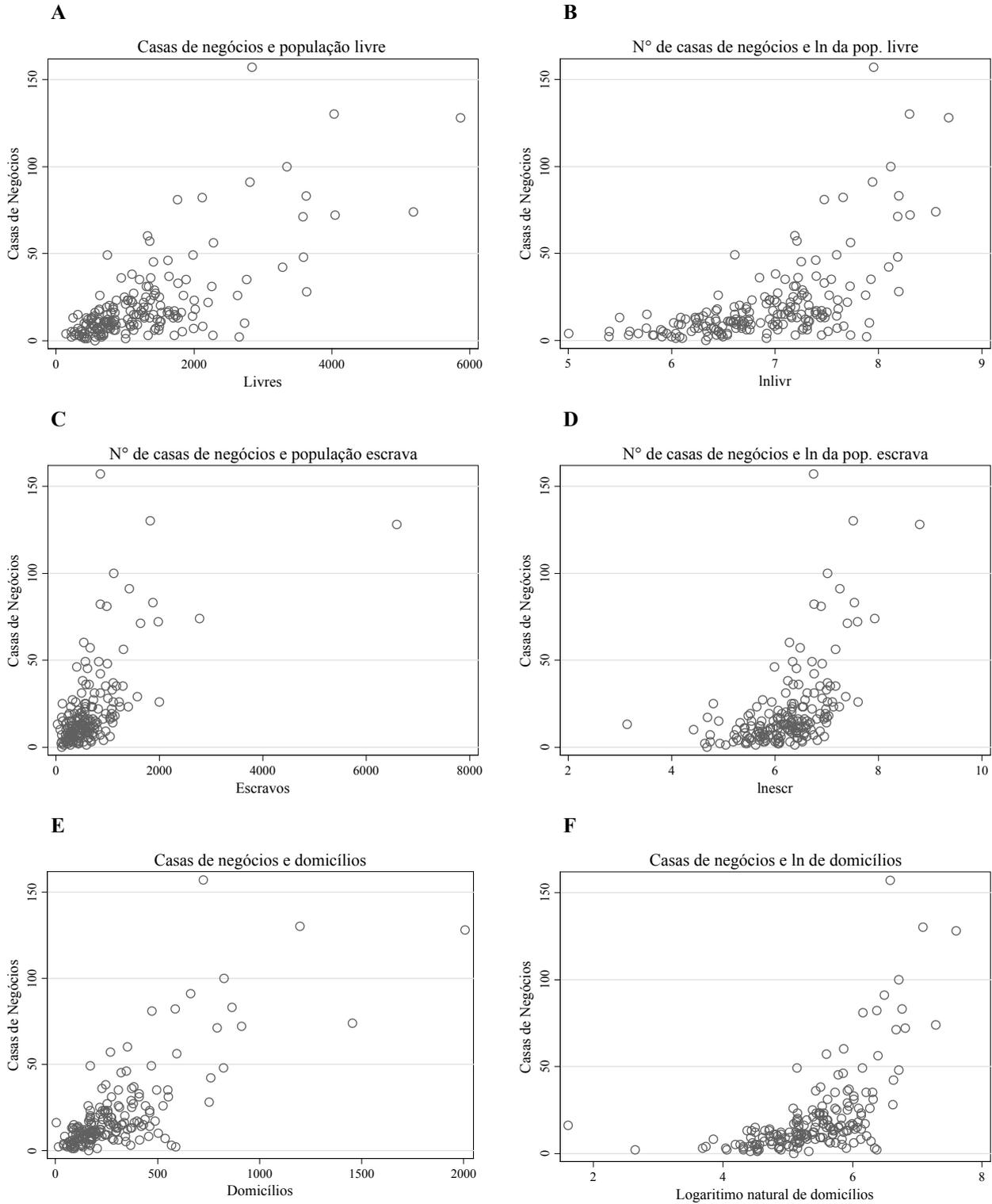
- AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque de. Terras de Goiás, estrutura fundiária (1850-1920). Goiânia: Editora da UFG, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’; a preocupação obsessiva com a ‘extração do excedente’”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980. [pp. 109-132]
- CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674 - 1807). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997. Tese de doutorado.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.
- COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia. 3ª edição. São Paulo: Ciências Humanas, 1989.
- COSTA, Iraci Del Nero e LUNA, Francisco Vidal. “Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX”. In: Minas colonial: economia e sociedade, pp. 57 a 77. São Paulo: FIPE e Pioneira, 1982.
- CUNHA, Alexandre Mendes e GODOY, Marcelo Magalhães. “O Espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX”. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas - ABPHE, CD-ROM. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003.
- FIGUEIREDO, Luciano. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto. 2ª edição. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- FRAGOSO, João. Homens de grossa aventura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1959.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GODOY, Marcelo Magalhães. “Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX”. Texto para discussão nº.109. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.
- GODOY, Marcelo Magalhães. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio – Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. Tese de doutorado.
- GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do Século XIX. In: XI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2004, Diamantina. Anais/. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.
- GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAIVA, Clotilde Andrade. Negociante e tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2003, Caxambu. Anais/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Caxambu, MG: ABPHE, 2003.
- GOENDER, Jacob. O escravismo colonial. 6ª edição. São Paulo: Ática, 2001.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A princesa do oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. Tese de doutorado.
- GUJARATI, Damodar N. Econometria Básica. 3ª edição. Makron Books Ltda, 2000.
- LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LUNA, Francisco Vidal. “Estrutura da posse de escravos”. In: Minas colonial: economia e sociedade, pp. 31 a 55. São Paulo: FIPE e Pioneira, 1982.
- MARTINS, Roberto Borges. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. Texto para discussão Nº.10. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

- MENESES, José Newton Coelho. “Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio, século XVIII”. Anais do IX Seminário sobre a economia mineira, pp. 123 a 146. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.
- NOVAIS, Fernando Antônio. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1983.
- PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado).
- PAULA, João Antônio. “O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história”. In: História Econômica e História de Empresas, v. 5, nº 1, pp. 7/39. São Paulo: ABPHE, 2002.
- PIRES, Júlio Manuel e COSTA, Iraci del Nero da. “Considerações sobre o capital escravista-mercantil”. Estudos Econômicos, v. 24, nº 1, pp. 129/143. São Paulo: IPE/USP, 1994.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 20ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RODARTE, Mário Marcos Sampaio e GODOY, Marcelo Magalhães. “Comércio e desenvolvimento econômico e urbano na província de Minas Gerais - primeira metade do século XIX”. Comunicação selecionada para apresentação no VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas. Conservatória/RJ: ABPHE, 2005.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. O caso das minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. Dissertação de mestrado.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de Cidades em Minas Gerais no Século XIX. História Econômica História de Empresas, São Paulo: HUCITEC/ ABPHE, v. 7, n. 1, p. 7-45, 2004.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. Memória do Distrito Diamantino. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, 1974.
- SILVA, Flávio Marcus da. “Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII”. Anais do IX Seminário sobre a economia mineira, pp. 95 a 121. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.
- SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. Cadernos IFCH N.º.17. Campinas: IFCH/Unicamp, 1985.
- SMITH, Roberto. Propriedade da terra & transição, estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850 – 1930. Aracaju: Funcaju, 2000.

Anexo: Relações entre o aparato comercial e as características dos distritos mineiros na década de 1830

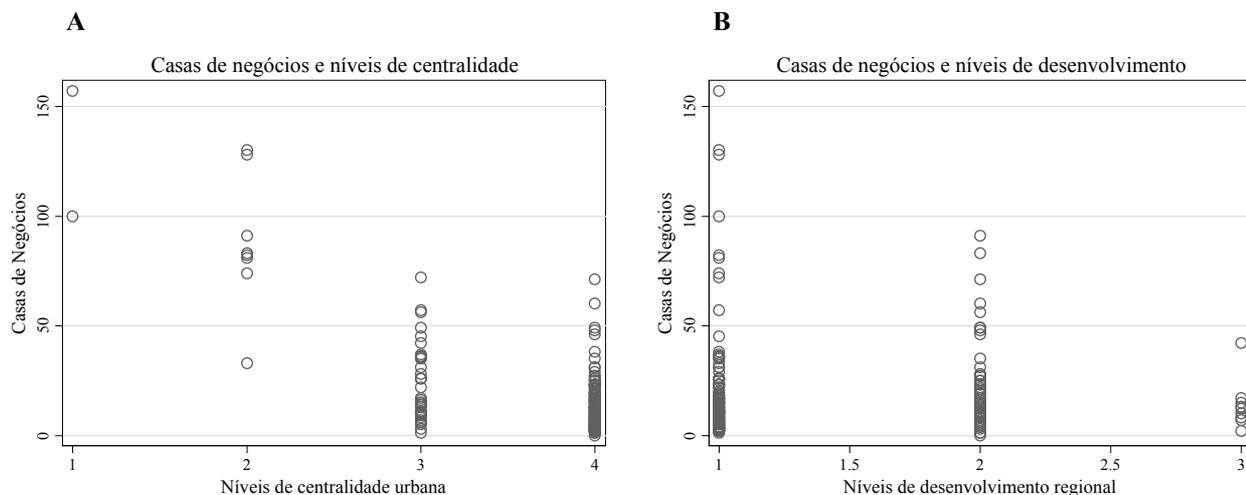
Gráfico 2

Relações entre o número de casas de negócios e covariáveis demográficas dos distritos
Minas Gerais, década de 1830



Fonte: Listas Nominativas de 1831/32; 38/40 e Mapas de Casas de Negócios de 1836. Elaboração própria.

Gráfico 3
Relações entre o número de casas de negócios e covariáveis de qualitativas dos distritos
Minas Gerais, década de 1830



Fonte: Listas Nominativas de 1831/32; 38/40 e Mapas de Casas de Negócios de 1836. Elaboração própria.

Apêndice A: Análise de influência e residual do modelo de regressão

A.1 Análise de pontos de influência

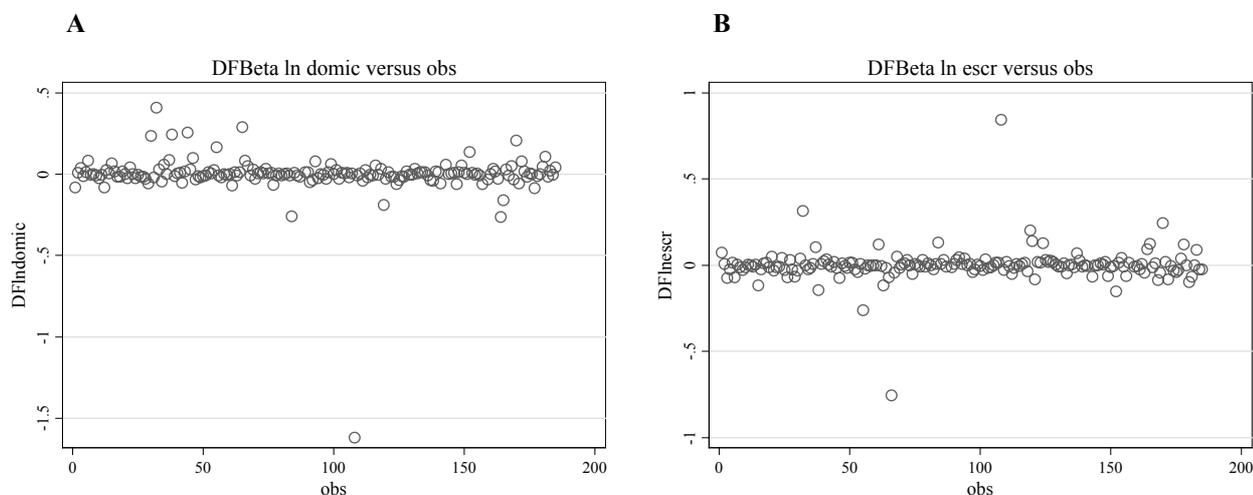
Um ponto influente é uma observação com capacidade de mudar o resultado da análise de regressão, ou a inclinação da reta de regressão estimada. Uma vez que este exercício pretende apenas em explicar o comportamento locacional das casas de negócios, e não fazer previsão, fez-se apenas o teste Dbeta das variáveis logarítmicas de domicílios e de escravos.

O ponto de corte é definido pela fórmula modular:

$$\text{Dbeta: } |\text{DFBETA}| > 2 / (n)^{0,5} = 0,147$$

Todos os pontos com valores superiores foram analisados detidamente. Por esse teste, excluiu-se 14 distritos da análise (Gráfico 4). Outros exercícios anteriores de pontos influentes levaram a criar variáveis *dummy* do modelo final, referentes às três importantes vilas mineiras.

Gráfico 4
Teste DBETA da amostra de 185 distritos
Minas Gerais, década de 1830



Fonte: Listas Nominativas de 1831/32; 38/40 e Mapas de Casas de Negócios de 1836. Elaboração própria.

A.2 Análise residual

Uma vez feita a análise determinística do modelo de regressão passe-se agora a fazer a análise dos resíduos para verificar o nível de violação do presente estudo de caso, em relação aos pressupostos do método de mínimos quadrados ordinários.

Uma suposição do modelo clássico de regressão diz respeito à magnitude dos desvios ao longo da reta. Trata-se do pressuposto de homocedasticidade, ou seja, de existência de uma mesma variância ao longo da curva, que seria assim formulado:

$$\text{Var}(u_i / X_{1i}, X_{2i}, \dots, X_{7i}) = \sigma^2$$

Observa-se, pelo Gráfico 5.A, que o modelo infringe esse pressuposto, sendo heterocedástico por conter uma variância maior nos valores mais baixos de Y estimado. Esse problema deverá ser corrigido pela incorporação de variáveis ainda não analisadas, como as vizinhas dos distritos, a presença de rotas de comércio, etc. No Gráfico 5.B, pela análise dos resíduos padronizados e a variável logarítmica de domicílios, conclui-se que a variável “domicílios” entrou de forma correta, pois os resíduos são relativamente bem distribuídos. Pode-se constatar a mesma coisa ao analisar o Gráfico 5.C e Gráfico 5.D.

A terceira suposição do modelo pode ser assim formulada:

$$\text{Cov}(u_i u_j / X_{1i}, X_{2i}, \dots, X_{7i}) = 0, \text{ para todo } (i \neq j)$$

e significa que não há correlação entre as observações. Como este não é um modelo de série temporal, esse pressuposto é aceito.

A.3 Multicolinearidade

A análise de multicolinearidade permite avaliar se há alguma relação linear entre as covariáveis incluídas no modelo. Essa eventual relação entre duas ou mais variáveis explicativas são prejudiciais ao modelo pois reduzem os respectivos teste t de *Student*. Visto que os valores de VIF, pela Tabela 4, são todos inferiores a 10, e que a média desses valores é próxima de 1, conclui-se que as covariáveis do modelo ajustado não possuem forte relação linear entre si.

Tabela 4
VIF para o modelo estimado

Variable	VIF	1/VIF
lndomic	1.91	0.524324
lnescri	1.75	0.572639
clle2	1.69	0.593300
diam	1.17	0.852906
cl3lndomic	1.17	0.854334
des3lndomic	1.14	0.874425
op	1.14	0.876609
sjr	1.14	0.876869
Mean VIF	1.39	

Gráfico 5
Relações entre o número de casas de negócios e covariáveis demográficas dos distritos
Minas Gerais, década de 1830

